

RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.921 - MG (2016/0192488-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECORRIDO : RICARDO GUIMARÃES

**ADVOGADOS : ZACARIAS ABRÃO PIVA E OUTRO(S) - MG094066
ANTONIO SETH PIVA - MG053838**

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça local** na Apelação n. 1.0707.13.009493-1/001.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado a 2 meses e 10 dias de detenção, por incursão no art. 147, c/c o art. 61, II, "f", ambos do Código Penal. O Tribunal de origem, em apelação, anulou o processo desde o recebimento da denúncia e julgou prejudicado o mérito, em virtude da ausência de designação da audiência prevista no art. 16 da Lei n. 11.340/2006 para a oitiva da vítima acerca da representação, o que foi mantido nos embargos declaratórios opostos pela acusação.

O recorrente, nas razões de pedir, suscita violação do art. 16 da Lei n. 11.340/2006, assim como dos arts. 117, I e IV, e 147, ambos do Código Penal, sob o fundamento de que o intuito da audiência prevista no art. 16 da Lei Maria da Penha "não é reiterar a representação, e sim ratificar volição no sentido de renúncia/retratação da representação ofertada" (fl. 172). Assere que ficou clara a intenção da ofendida na continuidade da ação penal, "tanto é que ofertou representação à fl. 4" (fl. 172).

Pugna pelo provimento do recurso, "para que seja cassado o acórdão fustigado, determinando-se o exame do mérito do recurso de apelação interposto, para os fins de direito" (fl. 175).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 230-232).

Decido.

De plano, verifico a **perda do interesse-utilidade deste recurso especial**, o que prejudica a análise do mérito.

Por fato praticado em 4/4/2013, o recorrido foi condenado, em 12/6/2014, a 2 meses e 10 dias de detenção, como incurso nos art. 147, c/c o art. 61, II, "f", ambos do Código Penal.

No âmbito de apelação exclusiva da defesa, o Tribunal *a quo* anulou o processo desde o recebimento da denúncia.

Contra esse acórdão, insurge-se o *Parquet*, por meio deste recurso especial, para que seja restabelecida a sentença penal condenatória, a fim de que o Tribunal de origem prossiga no julgamento de mérito da apelação interposta pela defesa. **Contudo, mesmo em caso de procedência do recurso especial, a prescrição da pretensão punitiva ocorreu entre a prolação do édito condenatório e a presente data.**

O art. 110, § 1º, do Código Penal disciplina que a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada. A pena aplicada ao recorrido transitou em julgado para o Ministério Público, pois o recurso especial versa, somente, sobre o restabelecimento da sentença.

Assim, ainda que o recurso especial da acusação fosse provido, subsistiria a **pena fixada** na sentença condenatória, que, para o caso concreto, **foi de 2 meses e 10 dias de detenção**. Nessas circunstâncias, o **prazo prescricional é de 3 anos**, conforme disposto nos arts. 109, VI, e 110, § 1º, do CP.

Considerando que o último marco interruptivo da prescrição ocorreu com a publicação da sentença condenatória, em 12/6/2014 (fl. 104), e transcorridos mais de 3 anos entre a referida data e o presente momento, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, ocorrida após a interposição do especial, seria medida cogente na espécie, o que evidencia a superveniente perda do interesse-utilidade deste recurso, ou, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes:

[...] a postulação de um conceito unitário do interesse em recorrer exige uma ótica antes prospectiva que retrospectiva, em que se dá ênfase à utilidade, entendida como proveito que a futura decisão seja capaz de propiciar ao recorrente. Esta visão permite abranger todas as hipóteses, quer se trate de recurso das partes, quer de terceiros, quer do Ministério Público, como fiscal da lei

ou órgão da justiça. (*Recursos no Processo Penal*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 71)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial por ausência de interesse de agir.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

